

CURSO - REDUÇÃO DE DANOS COMO POLÍTICA DECOLONIAL

EMENTA: Trata-se de curso que posiciona a Redução de Danos no contexto de construção de políticas decoloniais, reconhecendo que a proibição a algumas substâncias se coaduna ao histórico colonial, racista, heteropatriarcal de nosso país, propondo um processo de ampla reflexão acerca do uso de drogas, das interseccionalidades mais relevantes, e do fomento ao resgate dos saberes originários, comunitários e emancipatórios para a construção das estratégias de cuidado. Totalizando 27,5 horas, o curso prevê 11 encontros síncronos de 2,5hs organizado em mesas de discussão com convidados. Os temas abordados: Por que as pessoas usam drogas?; Proibicionismo e Antiproibicionismo; Redescobrimo a maconha; História e práticas de Redução de Danos; Dichavando as diferentes substâncias; ISTs e a mandala da prevenção; Mulheres e patriarcado; Interseccionalidades; Redução de Danos em contexto de rua. Serão certificados os que obtiverem presença em 75% dos encontros.

Objetivo geral: Promover atualização teórico-prática em Redução de Danos

Objetivos específicos:

- ✓ Fomentar o protagonismo dos usuários de drogas na construção da crítica à Política de drogas vigente;
- ✓ Propiciar debates interdisciplinares e intersetoriais;
- ✓ Promover estratégias de cuidado comunitárias, coletivas e emancipatórias.

Justificativa: A proibição a algumas substâncias se coaduna ao histórico colonial, racista, heteropatriarcal de nosso país, sobre o qual faz-se necessário o estabelecimento de um processo de ampla reflexão, acerca do uso de drogas, das interseccionalidades mais relevantes, e do fomento ao resgate dos saberes originários, interculturais e comunitários – epistemologias silenciadas na colonização, e que podem subsidiar a construção das estratégias de cuidado emancipatórias.

Metodologia:

Totalizando 27,5 horas, o curso prevê 11 encontros presenciais, na Vila Criativa da Vila Nova de Santos de 2,5 horas. As aulas serão realizadas semanalmente, às quartas pela manhã, das 09hs às 11:30hs, organizadas como mesas de debate com 3 convidados, sendo 1 deles sempre usuário (com trajetória de vida relacionada ao tema), e um mediador.

Cronograma, conteúdo programático

Outubro

11/10 - Por que as pessoas usam drogas?

18/10 - Proibicionismo e Antiproibicionismo

25/10 - Redescobrimo a maconha

Novembro

01/11 - História e práticas de Redução de Danos
08/11 - Dichavando as diferentes substâncias
Feriado
22/11 - ISTs e a mandala da prevenção
29/11 - Mulheres e patriarcado
Dezembro
06/12 - Interseccionalidades
13/12 - Pop Rua
20/12 - Encerramento

Responsáveis Pedagógicos:

Prof. Luciana Togni de Lima e Silva Surjus (Unifesp)
Profa. Dra. Raquel Baptista Spaziani (Unifesp)
Prof. Dr. Fabio de Caldas Mesquita (Unifesp)
Juliana Vicente de Freitas (Unifesp)
Annie Louise Saboya (Unifesp)

Referências Bibliográficas:

BASTOS. F.I & BERTONI. N. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro:

Editora [CIC, FIOCRUZ, 2014]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>

BRASIL. Metodologia de Educação entre pares. Saúde e Prevenção nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BASTOS, F. I. P. M, VASCONCELOS, M. T. L., DE BONI, R. B., REIS, N. B., COUTINHO, C. F. S. III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 20 Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo 108 maiores cidades do país: São Paulo. E A. Carlini (supervisão) [et.al.] São Paulo: CEBRID – CNIFESP Universidade Federal de São Paulo 2010.

GALDEANO, A. P., ALMEIDA, R., TRINTA, D. F., LOTTA, G. S., DINIZ, G. Z., MALVASI, P. A. Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social. 1. ed. São Paulo: Cebrap, 2018.

JESUS. M.G.M, OI. A.I, ROCHA. T.T, LAGATTA. P. Prisão Provisória e Lei de Drogas: Um estudo sobre os flagrantes tráfico de drogas na cidade de São Paulo, 2011.

NIEL, M; SILVEIRA, DX. Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo, 2008.

PETUCO, D.R.S. O pomo da discórdia? Drogas, saúde, poder. Curitiba: CRV, 2019.

SIQUEIRA, D. J. R. (Mal)dito cidadão numa sociedade com drogas. 1ª edição. São Paulo: King Graf Gráfica e Editora Ltda, 2006.

SURJUS, L. T. L. S., PUPO, J. L., GUERRERO, A. V. P., SCAFUTO, J. C. B. Drogas e direitos humanos: Protagonismo, Educação entre Pares e Redução de Danos. Ebook. Santos:

Unifesp, 2018. Disponível em: <
https://edelei.org/wpcontent/uploads/2019/04/EbookDrogas_Direitos_Humanos_final-1.pdf>.

SURJUS, L. T. L. S., SILVA, P. C. Redução de Danos: Ampliação da vida e materialização de direitos. Ebook. Santos: Unifesp, 2019. Disponível em: <
<https://www.unifesp.br/campus/san7/images/E-book-Reducao-Danos-versao-final.pdf>>.

**incluir os ebooks novos decolonial e o deste ano
e o políticas e práticas
gam
e antipatriarcado**

UNODC. Escritório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Da coerção à coesão: Tratamento da dependência de drogas por meio de cuidados em saúde e não da punição. Documento para discussão com base em uma Oficina técnica UNODC, Viena 28 de outubro de 2009

Estratégias de Divulgação:

A divulgação será realizada nas redes sociais, na página do Grupo de Pesquisa e extensão DiV3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos, e também no site e redes sociais da Câmara de Extensão e Cultura do Instituto Saúde e Sociedade.

Como já há um histórico de ofertas formativas pelo Programa de Extensão, recebemos sempre buscas por novos processos. Dessa forma acreditamos que as vagas serão rapidamente preenchidas.

Critérios de Avaliação do Aproveitamento:

Os participantes que cumprirem 75% de presença e entregarem todas os registros de atividades assíncronas receberão certificado. Àqueles que não concluírem a carga horária para certificação, serão concedidas declarações referentes ao realizado. Considerando o contexto de precariedade de acesso a recursos básicos dos beneficiários das políticas públicas, e muitas vezes, dos próprios estudantes e trabalhadores, temos entendido que tais modalidades, estimulam e reconhecem os esforços possíveis.